

Em busca da terra do nunca: as organizações sindicais no pós crise 2008

Ariovaldo Santos

Prof. Dr. Depto de Ciências Sociais

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

peterparker2001@hotmail.com

A crise que sacudiu o capitalismo em 2008, com intensidades diferentes nos diversos países, não apenas aprofundou as condições de degradação do trabalho, já em curso nas décadas anteriores - com particular atenção à implementação das políticas neoliberais e os ataques intensificados sobre direitos sociais – como também forçou o posicionamento mais claro das Confederações internacionais de trabalhadores e suas respectivas organizações no plano nacional e regional. Trata-se, pois, aqui, analisar o conteúdo do debate que vem monopolizando a atenção das organizações sindicais dos diversos países, uma vez que nesta reflexão estão implícitos os elementos estratégicos que as nortearão nos próximos anos. Trata-se de uma estratégia que resgata a luta de classes ou aprofunda o seu mascaramento através das práticas de propositivismo ou das práticas de concertação social ? No interior deste debate, quem são os aliados face à nova conjuntura aberta pela crise do período 2008-2009 ?

Certamente, duas grandes vertentes têm animado o debate. De um lado, aquela de extração social-democrata e, de outro, a que poderíamos denominar, genericamente, de marxista. Enquanto as análises que se identificam teoricamente com o marxismo têm destacado os elementos essenciais para uma melhor compreensão da crise e seus impactos sobre a classe trabalhadora no seu conjunto, é a segunda, a de extração social-democrata, que logra, no entanto, obter a maior audiência e adesão das organizações sindicais, constituindo exemplo significativo disto a criação da Confederação Sindical Internacional, na segunda metade da presente década.

Resultado da fusão de duas grandes Confederações sindicais, o ideário da CSI e suas organizações filiadas, assim como a compreensão que estabeleceram sobre a crise

de 2008, pode ser verificado através da leitura do documento *Sindicatos 2009. Estratégias Frente a Crise Mundial, El Multilateralismo y los Acuerdos Comerciales y de Inversión*.

Organizado pela Confederación Sindical de Trabajadores y Trabajadoras de las Americas (CSA), vinculada à CSI, o documento traz, logo à sua abertura, um dado surpreendente e revelador do despreparo destas organizações internacionais em relação ao processo de financiarização das economias e suas consequências. Assim, declara Victor Baez Mosqueira, Secretário Geral da CSA que:

“há três anos e meio, no final de 2005, não existia uma percepção clara sobre a crise múltipla que se aproximava, para além da evidência de que algo não funcionava no setor financeiro global” (2009:7).

A declaração do Secretário Geral é significativa sob um duplo aspecto. Primeiramente, revela o despreparo das organizações internacionais ancoradas na perspectiva social-democrata para apreenderem, em profundidade, o desdobramento necessário da nova fase de desenvolvimento na qual havia entrado o capitalismo há, no mínimo, duas décadas, apesar de várias análises extraídas do campo de reflexão marxista, cite-se, por exemplo, François Chesnays, que atentavam para o eminente estouro da bolha especulativa. Em segundo lugar, padece de uma compreensão ontológica a respeito das raízes da crise. Daí decorre o fato do documento abordar o problema identificando a existência de uma “crise múltipla”.

Esta posição se reforça na apresentação do problema quando o documento afirma:

“a CSI considerou que chegou o momento e a oportunidade para que todos os países avancem para uma mudança econômica, que deixe para trás não apenas a crise econômico-financeira, mas também as ‘outras’ crises relacionadas (energética-meioambiental, alimentar) e a [...] ‘crise da justiça distributiva’”.

Assim, de acordo com os princípios apresentados pela CSI, através de sua organização regional, o que existem são pontos de instabilidade, os quais podem ser corrigidos de modo a reconduzir ao funcionamento normal do sistema. Por outras palavras, é possível revitalizar o capitalismo, submetendo-o a regras mais rígidas de

controle, de tal modo que todos (trabalhadores e representantes do capital) possam dele se beneficiar.

Estes mecanismos se traduzem, na leitura da referida organização, pela implementação de uma “governança global” que inclua uma “defesa do multilateralismo, estabelecendo normas justas em matéria de comércio internacional” e que inclua “as questões vinculadas ao emprego como um elemento central”.

Observa-se, pois, que, mesmo distanciados quase dois séculos das primeiras correntes socialistas humanitária, é do utopismo social que a CSI extrai suas grandes esperanças para um futuro radiante destinado aos novos trabalhadores explorados do século XXI. Apelar ao *comércio justo* é, em síntese, desconsiderar a própria dinâmica na qual se pauta o capital em seu processo contínuo de desenvolvimento.

Curiosamente, não é às forças reais do trabalho que se direcionam os esforços de reconstrução da vida social pós-2008, que se direcionam os apelos da CSI e suas entidades, e sim à “construção de uma nova arquitetura financeira e econômica mundial”, que conte com “a participação de outros países além daqueles que formam o G-8”, a aplicação da Taxa Tobin, “empréstimos de emergência do FMI e incremento da ajuda do Banco Mundial e organismos das Nações Unidas para países em desenvolvimento e países emergentes afetados”. Por outras palavras, a saída para a crise deve depender, substancialmente, dos mesmos mecanismos e organismos que a fomentaram.

Além de reivindicar, paralelamente, a construção de políticas sociais focadas em jovens, mulheres, imigrantes, idosos, incapacitados e trabalhadores temporários e a tempo parcial, além da participação ativa do Estado, enquanto motor do desenvolvimento, o que se extrai da perspectiva de análise abraçada pela CSI é fundamentalmente o encaminhamento da crise através de movimentos conduzidos pelas cúpulas sindicais. Ausentes se fazem a reclamação de princípios fundamentais que nortearam o nascimento da classe trabalhadora e de suas organizações de classe, isto é, a construção das condições de embate e enfrentamento direto com o poder do capital. Pelo contrário, neste momento delicado, a “exploração do potencial” não está no acirramento da luta de classes, mas sim na intensificação do “diálogo social, enquanto busca de acordos com governos e sindicatos para desenvolver programas de reestruturação de empresa, incluindo componentes de capacitação” (2009:8).

No sentido oposto ao necessário, isto é, uma análise ontológica da crise, uma investigação que desvende os nexos reais que a produzem e a impossibilidade de serem eliminadas utilizando-se por caminho a regulação dos mecanismos de mercados e tudo o que isto implica (propriedade privada, acumulação de capital, descontrole social global cada vez mais intenso), o braço militante da CSI, no caso, a CSA, propõe a saída místico-liberal ou místico-oriental. Afirma-se que para os chineses a crise é sinônimo de oportunidade. Pelo mesmo caminho seguem as referidas organizações sindicais internacionais citadas. Assim, o que representa a atual crise global, iniciada aparentemente em 2008 ? Leia-se o que oferecem as referidas organizações :

“a crise será um risco ou uma oportunidade para os trabalhadores/as e suas organizações ? Como aproveitar o momento para que as políticas públicas anti-cíclicas dos Estados nacionais incorporem elementos do enfoque estrutural do sindicalismo” (2009:9).

Como pretendem, pois, estas organizações realizar a “exploração das possibilidades que a atual crise oferece” (2009:11) ? A resposta, mais uma vez, passa pela realização de um novo circuito de crescimento do capitalismo, ou seja, “melhorar suas infra-estruturas produtivas e sociais, favorecendo o crescimento econômico e promovendo o desenvolvimento social, para elevar o nível de vida de sua população, frequentemente postergada na dinâmica anterior”, isto é, aquela que estava pautada pelo mecanismo do mercado financeiro ao limite. (2009:11). Iniciativas necessárias para garantir a “coesão social” (2009:14).

Marx destacava em diversos momentos de seus escritos que uma das debilidades da economia política burguesa era sua impossibilidade de apreender as conexões de um mesmo objeto. O mesmo ocorre quando se tem em consideração o ensaio de compreensão fornecido pela CSI e suas ramificações que, diante da crise, em vez de a compreenderem como resultante inevitável da totalidade social do capital a analisam, sobretudo, como a conjugação indesejável de várias crises parciais. Por outras palavras, não é a crise do capital, mas de seus setores. Assim,

“A atual crise econômica começou nos Estados Unidos como uma conjunção das crises da habitação, a crise do mercado de crédito e com uma crise crescente do emprego. Cada uma destas crises já é suficientemente grave em si mesma, porém a interação está criando uma dinâmica particularmente complexa e perigosa na economia real” (2009:15).

No transcurso das últimas duas décadas diversas análises chamaram a atenção para o crescimento desmedido do capital e os riscos crescentes da espiral financeira. A expressão bolha especulativa, pelo menos junto às análises mais críticas, entrou em definitivo no vocabulário, juntamente com a palavra neoliberalismo. Está, no entanto, não é a leitura da CSI e seus aderentes organizacionais, ainda que a crítica quer faz aos mercados financeiros existam. No entanto, é uma contestação de forma, não de conteúdo. Disto resulta que para o eixo do sindicalismo CSI :

“Esta crise econômica [...] deve por fim à ideologia dos mercados financeiros sem restrições [...] É preciso desenvolver uma arquitetura regulamentadora nacional e mundial a fim de que os mercados financeiros voltem a desempenhar sua função primeira: garantir o financiamento estável e rentável do investimento produtivo na economia real” (2009:15).

Também de forma e não de conteúdo são as raízes da crise que assolou diversos países em 2008. Daí que para a CSI, em documento intitulado *Não à Economia Cassino ! é afirmado* que a

“crise que vivemos é antes de tudo uma crise da justiça distributiva, que desfigurou a economia mundial” (2009:37).

Leia-se: na base dos distúrbios vivenciados pela economia estão problemas, sobretudo, de ordem jurídica, que tão logo solucionados, apontam para um novo ciclo de prosperidade. Caminho que pode ser construído mediante o implemento, por exemplo, do “trabalho decente”.

Por fim. O que ensina esta crise ? A necessidade de se romper com a lógica do capitalismo ? Esta não é a proposta da CSI para os milhões de trabalhadores que a organização diz representar. Para a confederação:

“esta crise é a prova do caráter insustentável das políticas neoliberais empreendidas no transcurso das últimas décadas” (2009:38).

Ou seja, mais uma vez a aparência se sobrepõe à essência e a forma ao conteúdo. Problemas que podem ser resolvidos desde que se renuncie ao “fundamentalismo de mercado” (2009:38).

No que concerne ao caso brasileiro, esta forma de colocar o problema é referendada pelas suas maiores Centrais, ou seja CUT e Força Sindical, além da UGT e

da CTB. Em novembro de 2008, por exemplo, estas organizações, entidades membros da CSI, foram signatárias da ***Declaración de Montevideo***, na qual se lê, no fundo, uma declaração de abandono da luta de classes:

“realizaremos os máximos esforços, para que em meio às crises, surjam as oportunidades para uma melhor qualidade de vida e plena vigência dos direitos humanos, para o qual é imprescindível a PAZ no mundo e uma melhor distribuição da riqueza” (2009:81)

O que foi destacado aqui não contempla todo o debate sobre a crise de 2008 e seus impactos sobre os trabalhadores e suas organizações de classe. Buscou-se, na realidade, destacar qual a posição defendida pelo que é hoje, pelo menos numericamente, a maior Confederação internacional de trabalhadores e que aglutina, inclusive, as maiores Centrais sindicais do país.

Pode-se perguntar, por exemplo: e as organizações de caráter classista que aglutinam, por sua vez, o chamado sindicalismo classista? Creio que, vive-se também, aí, um grande problema, ou seja, o da correção da análise, de um lado, mas a impotência para que o discurso condenatório (não de caráter moral, destaque-se), ao capitalismo, seja capaz de penetrar junto às massas de trabalhadores. Isto é evidente em recente documento onde se lê:

A crise foi uma enorme derrota ideológica para o modelo neoliberal [...] o efeito político tem sido grande, mas a falta de alternativa clara coloca limites para o que poderia ser uma crise política de grande porte e um avanço para uma alternativa dos trabalhadores. Em vários países, novas formações de esquerda tiveram resultados abaixo do esperado [...] a tendência dos partidos tem sido de não colocar uma alternativa socialista clara e também não tem conseguido inserir o partido nas lutas do dia a dia dos trabalhadores [...] Esses exemplos mostram a capacidade de luta dos trabalhadores, mas mostram também a fragmentação atual das lutas. São lutas isoladas, e mesmo as lutas mais generalizadas, como as greves gerais, são realizadas sem uma perspectiva e alternativa clara, servindo mais como uma válvula de escape aplicada pelas direções sindicais [...] As direções das organizações de massas não trabalham para unificar as lutas, já que isso requer colocar uma alternativa política que eles não tem [...]

Pode levar certo tempo para os trabalhadores superarem o medo inicial e desmascarar a propaganda patronal. Isso é reforçado se os trabalhadores não têm organizações sindicais e políticas fortes que podem contrariar essa propaganda. A tendência tem sido o contrário, das organizações de massas sendo dirigidas por direções que se adaptaram ao sistema e não querem arriscar suas boas relações com governos e patrões fazendo lutas que eles não vêem perspectiva [...]~Por outro lado, a amenização da crise pode trazer de volta a confiança dos trabalhadores na possibilidade de lutar, especialmente se as empresas conseguem fazer novos lucros enquanto o desemprego continua alto. Os trabalhadores verão como que os sacrifícios só foram para eles, enquanto os lucros vão para os patrões [...] Mesmo se as lutas ainda estão em um estágio incipiente, temos que nos preparar para um período tormentoso. É uma crise que ocorre contra uma situação em que não há uma alternativa de massas ao capitalismo. Com todos os problemas, nos anos 30, ou nos anos 70 ainda havia a referência da União Soviética e centenas de milhões que acreditavam que o socialismo era possível. A ausência desse fator pode atrasar o efeito da crise no âmbito político e das lutas. Mas a retomada das lutas vai colocar uma retomada da consciência socialista”. KOLLBRUNNER, Marcus, A crise do capitalismo moderno e a luta dos trabalhadores, in CONLUTAS, 13/08/2009. <http://www.conlutas.org.br/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=3577>. Consultado em 20/09/2009.

7

Vê-se, pois, que os limites estão colocados para ambos os lados. Onde se tem o elemento subjetivo de massa, isto é, os trabalhadores e suas organizações, a perspectiva que domina é a de conciliação com a ordem do capital. Em contrapartida, ali onde se procura aglutinar o elemento subjetivo de massa para que o salto qualitativo de consciência e práxis seja efetivado, os problemas se avolumam, ficando a luta no campo da esperança. Duplo problema que marcou o século XX, e que se mostra persistente no século XXI e cujo desdobramento é desnecessário detalhar, diante da existência de quase um quarto da humanidade vivendo com menos de 1 \$ por dia, entre outros problemas já fartamente documentados pela literatura recente.